



**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA DA  
MANIPULAÇÃO DE RESULTADO EM PARTIDAS DE FUTEBOL**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2023.**

**(Do Senhor Deputado Kiko Celeguim)**

Requer o envio de convite ao senhor  
PAULO ROBERTO NUNES GUEDES para  
prestar depoimento perante esta Comissão  
Parlamentar de Inquérito.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termo do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e com o art.36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja convidado o senhor PAULO ROBERTO NUNES GUEDES para prestar esclarecimento sobre fatos relacionados com a falta de regulamentação das apostas esportivas, objeto de investigação desta CPI.

**JUSTIFICATIVA**

O presente requerimento visa convidar ao senhor PAULO ROBERTO NUNES GUEDES para prestar esclarecimento sobre fatos relacionados com a falta de regulamentação das apostas esportivas, objeto de investigação desta CPI.

A Lei 13.756/18, que deu permissão para as apostas esportivas no Brasil, foi assinada, no ano de 2018, pelo então presidente Michel Temer, e previa que o setor de apostas esportivas fosse regulamentado nos dois anos seguintes, com possibilidade de prorrogação por mais dois anos. No entanto, esse





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Kiko Celeguim - PT/SP**

prazo foi finalizado, em 12 de dezembro de 2022, sem a devida regulamentação.

De acordo com as regras do texto, era obrigatória a criação de uma agência que regulasse, de forma oficial, as diretrizes de todo o funcionamento das casas de apostas, já que, atualmente, essas casas, tem sua operação em sede fora do país.

Entendemos que a regulamentação do mercado de apostas no Brasil é extremamente positiva e tem presença ativa em consultas e audiências sobre o tema. Será um importante instrumento para a proteção dos apostadores e dos princípios de jogo responsável, determinando uma diretriz sob a qual as marcas devem atuar no mercado e garantindo as obrigações e responsabilidades dessas empresas com o usuário final.

Sem essa regulamentação, há uma impossibilidade de arrecadação de tributos sobre este mercado no Brasil, considerando que os consumidores brasileiros continuarão recorrendo às empresas estrangeiras para a utilização dos serviços de apostas. Em longo prazo, isso pode afetar a experiência dos jogadores, além de ser mais difícil para os órgãos e instituições brasileiras fiscalizarem esse mercado.

Portanto, diante de tamanha preocupação com os impactos da não regulamentação da Lei 13.756/2018, solicito o recebimento deste requerimento para procedência do feito.

**Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.**

  
**KIKO CELEGUIM**

Deputado Federal (PT/SP)

